

Carta de Brasília aos bancários e bancárias do Brasil

Os bancos estão a cada ano aumentando seus lucros bilionários. A título de comparação, em 2023, os cinco maiores bancos do país lucraram R\$ 108,59 bilhões.

Em 2000, o lucro dos 20 maiores bancos era de R\$ 2,22 bilhões. Esse lucro astronômico foi conseguido através da brutal exploração da categoria bancária, que sofre com o achatamento salarial e com um adoecimento cada vez maior.

Hoje, o piso salarial de entrada da categoria bancária é de R\$ 1.944,56, cerca de R\$ 500 a mais que o salário mínimo. Atualmente, os bancários representam 25% dos afastamentos de trabalhadores por acidentes de trabalho devido a questões psíquicas, apesar de serem apenas 0,8% dos empregos formais.

Além da exploração dos trabalhadores em instituições bancárias, o lucro bilionário dos bancos foi atingido por tarifas absurdas e juros extorsivos pagos pela população brasileira.

A campanha salarial é quando podemos inverter ou pelo menos melhorar essa situação. É o momento de expressarmos nossa força coletiva. Os bancários unidos podem parar o sistema financeiro do país. Foi assim que conquistamos as seis horas de trabalho, os vales refeição e alimentação, entre outros direitos.

Mas para a campanha salarial expressar essa força coletiva, é preciso ter como prioridade colocar em movimento a categoria. O que temos visto é o contrário disso. Os bancários estão assistindo como espectadores as várias reuniões que ocorreram com a FENABAN, com o BB, com a CEF e com outros bancos públicos.

Nas últimas campanhas, a CONTRAF/CUT entregou a nossa jornada máxima de 6h para os banqueiros, considerando como compensação todas as funções comissionadas, e não teve qualquer atitude firme contra as demissões nos bancos públicos. O acordo bianual enfraqueceu a luta coletiva, trazendo a categoria a uma apatia e afastamento em relação ao seu próprio movimento.



Nós, membros de oposições bancárias, sindicatos de luta e minorias em sindicatos, chamamos a categoria bancária a pegar a campanha salarial nas mãos e construir itens prioritários na campanha salarial e um calendário nacional de mobilização.

Precisamos pressionar e exigir que o movimento sindical convoque uma rodada nacional de assembleias presenciais.

Em nossa opinião, esta campanha não pode acabar sem que tenhamos respostas às reivindicações de fim das metas, do assédio moral e sexual, garantia de emprego, manutenção salarial, valorização do piso (salário-mínimo do DIEESE), reposição dos quadros e novas contratações e plano de cargos e salários (implantação e melhorias).

No BB, a campanha não pode terminar sem que se garanta a manutenção da função dos caixas, o fim do PERFORMA, melhorias nos méritos e uma proposta para o financiamento da Cassi, com isonomia para os funcionários contratados após 2019 e incorporados.

Na CEF, é preciso lutar pelo fim do equacionamento da FUNCEF sem retirada de direitos, recuperar a saúde financeira do Saúde Caixa, acabando com o teto do patrocínio, retomando o modelo de financiamento 70/30 e garantindo isonomia na aposentadoria para os pós-2018, retorno da função de Caixa executivo e contra o fechamento de agências.

Nos Bancos Privados, é preciso conter a onda de demissões e adoecimento.

Outra pauta imprescindível é o fortalecimento dos bancos públicos e de sua função social. Isso envolve lutar contra o avanço da privatização dos bancos estaduais e regionais e contra a priorização do lucro dos bancos federais, já que o atendimento à população e o crédito dirigido precisam ter prioridade.

Os bancos estaduais e regionais precisam ter mais investimento, o que passa pela viabilização de novos concursos.

A nossa certeza é que a mudança da realidade dos bancários é uma necessidade, mas acontecerá somente com a categoria recuperando seu protagonismo no movimento. Essa mobilização deve ocorrer mesmo sem a convocação da direção majoritária da Contraf/Cut, retomando as greves como principal forma de luta do movimento dos bancários e das bancárias.